

Ciência Portugal sem legislação nacional específica para fósseis

Vem aí a Sociedade Portuguesa de Paleontologia para defender o património

Associação científica pode contribuir para a criação de leis específicas que protejam o património paleontológico e evitem a pilhagem de fósseis no país

Teresa Firmino

A criação da Sociedade Portuguesa de Paleontologia já andava na cabeça de Octávio Mateus há muito tempo. A ideia materializou-se agora com a constituição legal desta associação científica de estudo e protecção de fósseis, que quer valorizar e divulgar a paleontologia. Desafiados por Octávio Mateus, que é o sócio fundador número um da sociedade, juntaram-se-lhe outros sete fundadores. A cerimónia de assinatura da escritura decorreu esta semana rodeada de fósseis do Museu da Lourinhã, a sede da nova sociedade, seguida de um brinde carregado, como veremos, de significados.

Embora muitas profissões científicas estejam organizadas em associações, sociedades e ordens em Portugal, nada disso acontecia até agora com a paleontologia. Não existia? “Não, não existia. Estava na altura”, começa por responder Octávio Mateus. “Ao ganhar experiência e perceber a *big picture* da nossa ciência, achei que agora fazia sentido”, acrescenta o paleontólogo da Universidade Nova de Lisboa (UNL), bem como do Museu da Lourinhã.

“A paleontologia em Portugal está a crescer de forma significativa, sendo uma ciência que agrupa estudiosos e técnicos com diferentes formações e valências: biólogos, geólogos, arqueólogos e museólogos, pelo que se justificava a criação de uma sociedade própria”, explica-se, por sua vez, no *site* da Sociedade Portuguesa de Paleontologia (SPdP).

Além de Octávio Mateus, o grupo dos fundadores percorre o país de norte a sul: Artur Sá (Universidade de

Trás-os-Montes e Alto Douro), Zélia Pereira (Laboratório Nacional de Energia e Geologia), Paulo Fernandes (Universidade do Algarve), Ausenda Balbino (Universidade de Évora), João Zilhão (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), Bruno Pereira (GeoParque do Oeste) e Carlos Marques da Silva (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

Além de contribuir para a formação da população em geral sobre fósseis e a vida extinta, entre os grandes objectivos da SPdP está a protecção e a defesa do património paleontológico português, como está expresso na escritura da sociedade: “Desenvolver bases científicas e técnicas para a aplicação de medidas de gestão e protecção de fósseis.” Por outras palavras, a SPdP poderá fazer propostas que contribuam para reforçar a legislação na área da protecção do património paleontológico no país e, dessa forma, regular a recolha de fósseis e evitar a sua pilhagem.

A espera de legislação

A este propósito, Octávio Mateus tem, aliás, vindo a desenvolver várias iniciativas – por exemplo, contactou o ministro da Ciência, Manuel Heitor, para que fosse criada legislação nacional que proteja especificamente o património paleontológico, tal como acontece com a arqueologia. Na sequência desse contacto, Octávio Mateus em conjunto com outros quatro colegas – Carlos Marques da Silva, Bruno Pereira, Zélia Pereira e José Brilha, este último da Universidade do Minho – começaram a trabalhar com uma jurista do Ministério da Ciência num esboço de legislação.

Este grupo de cinco especialistas



Quatro dos oito fundadores da nova sociedade científica: Carlos Marques da Silva, Bruno Pereira, João Zilhão e Octávio Mateus

deverá agora transitar para a SPdP e continuar aí este trabalho, adianta Octávio Mateus, dizendo que, assim que existir um esboço de legislação, ele será apresentado à discussão na comunidade científica paleontológica para se recolherem sugestões.

Temos de recuar até 1998, para nos lembrarmos de um grupo de trabalho deste género, anunciado por iniciativa de José Mariano Gago, então ministro da Ciência. Num congresso nacional de Geologia, em Lisboa, Mariano Gago divulgava a criação deste grupo com a missão de apresentar propostas de valorização do património paleontológico. O grupo ficaria incumbido de avaliar o regime legal aplicável ou a aplicar ao património paleontológico e de fazer propostas para a sua definição. Outra das suas tarefas era avaliar os mecanismos legais e institucionais existentes para a classificação e protecção de ocorrências naturais paleontológicas, como jazidas de fósseis ou de icnofósseis (como pegadas) e fazer propostas para a sua promoção.

Esse grupo de trabalho – em que se incluía Ausenda Balbino, agora sócia fundadora da SPdP, mas também Miguel Telles Antunes, António Galopim de Carvalho ou Miguel Magalhães Ramalho – concluiu as suas tarefas em 1999. O Ministério da Ciência chegou a ter uma proposta de legislação em 2001 já em fase avançada de elaboração, mas no final desse ano o Governo a que pertencia Mariano Gago caía, com a demissão do primeiro-ministro, António Guterres, na

sequência dos resultados das eleições autárquicas. E a proposta de legislação sobre o património paleontológico ficaria na gaveta até hoje.

A nível regional, Octávio Mateus apresentou também uma proposta à Câmara Municipal da Lourinhã (CML) para que fossem protegidas as costas jurássicas da região, de onde tantos fósseis importantes têm saído como os ovos de embriões de dinossauros carnívoros com 150 milhões de anos, algo raro a nível mundial, que tornaram a zona conhecida além-fronteiras a partir de 1997. O executivo camarário planeia levar essa proposta a votação na assembleia municipal em Setembro, adianta o paleontólogo. A aprovação significará a criação do Monumento Natural de Ribas do Jurássico da Lourinhã, que, realça Octávio Mateus, irá tornar mais forte a regulação da recolha de fósseis na região.

Exemplo de como esse reforço de protecção é importante é o caso da pilhagem da jazida de um dinossauro saurópode na costa sul do concelho da Lourinhã que os serviços jurídicos da CML estão a avaliar, depois de a situação lhes ter sido apresentada pelo Museu da Lourinhã.

A família Mateus

O referido ano de 1997 marca um ponto de viragem na notoriedade a nível paleontológico da Lourinhã. O casal Mateus, Isabel e Horácio (1950-2013), interessava-se por espeleologia, arqueologia e paleontologia desde o início dos anos 80, década

A partir de finais dos anos 90 houve a tentativa de criar uma legislação para o património paleontológico português, que, no entanto, acabou por ficar na gaveta até aos dias de hoje

Data: 17.07.2021

Titulo: Vem aí a Sociedade Portuguesa de Paleontologia para defender o património

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 48;49



Área: 876cm² / 46%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 7182551



em que fundou o Museu da Lourinhã. Costumavam levar os filhos, Octávio, Simão e Marta, nas saídas de campo. Numa dessas saídas, em 1993, a família encontrou os ovos fossilizados com embriões de dinossauros carnívoros, que nos anos seguintes foram escavados e, em 1997, apresentados ao mundo.

A partir desse ano o nome da família Mateus tornou-se indissociável da paleontologia. Aliás, Isabel Mateus – morreu em Fevereiro deste ano – escrevia em 1997 a proposta da criação de um parque de dinossauros, precursora, duas décadas depois, em 2018, da construção e abertura do DinoParque da Lourinhã.

Octávio Mateus, na época com 22 anos, acabava o curso de Biologia na Universidade de Évora. A partir daí, daria continuidade à tradição da família, trabalhando e doutorando-se (na UNL) em Paleontologia, com muitas descobertas no currículo.

É esta experiência que Octávio Mateus tinha em mente quando pensou criar a SPdP, com o intuito de reunir todos os paleontólogos e quem defenda este património. “Está aberta a toda a gente envolvida em paleontologia, mesmo os paleontólogos amadores e estudantes”, convida.

Para brindar à chegada da nova sociedade, os sócios fundadores celebraram com aguardente da Lourinhã e tarte D. Isabel, inventada há alguns anos por uma doceira local, que lhe quis dar esse nome em homenagem a Isabel Mateus. Tchim-tchim.